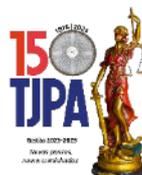




PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça
do Estado do Pará



TERMO DE REFERÊNCIA DIVISÃO DE COMPRAS Nº 001– VERSÃO 03

Objeto: Contratação de licenças para pesquisa de Preços, por meio de sistema eletrônico, fornecido na modalidade periódica por 12 meses
TJPA-PRO-2025/00256



**MANUAL DAS
CONTRATAÇÕES**

**PLANO ANUAL
DE
CONTRATAÇÕES**

TRIBUNAL DE
JUSTIÇA DO
ESTADO DO
PARÁ



**INSTRUÇÃO
NORMATIVA
Nº 001 / 2023 TJPA**

FASE DE
PLANEJAMENTO
DA
CONTRATAÇÃO



**INSTRUÇÃO
NORMATIVA
Nº 002 / 2024 TJPA**

FASE DE
SELEÇÃO DO
FORNECEDOR



Assinado com senha por MARCOS VINICIUS GALVAO DA ENCARNACAO, AFONSO TEIXEIRA NOURA NETO e MUIRACATIARA MIRANDA CHAGAS.
Use 4323223.30556289-7524 - para a consulta à autenticidade em
<https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4323223.30556289-7524>
Documento gerado por SÍDALIA DO AMARAL FERREIRA *Data e hora: 15/04/2025 09:54



TJPA-PRO-2025-00256V02



1. DEFINIÇÃO E NATUREZA DO OBJETO – art. 30, §1º, inciso I da IN nº 01/2023

1.1. Da definição

Contratação da empresa NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA, para fornecimento de 05 licenças de acesso à ferramenta de pesquisa e comparação de preços, disponibilizado por meio de um sistema eletrônico integrado, que permite a coleta, consolidação e análise de propostas comerciais em ambiente digital. A solução será fornecida na modalidade periódica, com vigência de 12 (doze) meses, a fim de atender às necessidades do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, conforme quantidade, condições e especificações técnicas descritas neste Termo de Referência.

1.2. Da natureza – Escolher uma das opções abaixo:

- Fornecimento / Aquisição de bens
- Contratação de serviços
- Natureza contínua com mão de obra exclusiva
 - Natureza contínua sem mão de obra exclusiva
 - Natureza não contínua
- Contratação de serviços de arquitetura/engenharia
- Natureza contínua com mão de obra exclusiva
 - Natureza contínua sem mão de obra exclusiva
 - Natureza não contínua
- Contratação de serviços especiais
- Natureza contínua com mão de obra exclusiva
 - Natureza contínua sem mão de obra exclusiva
 - Natureza não contínua

1.3. O objeto é especificado como bem "de luxo"? - Portaria nº 2.029/2023-GP (TJPA)

Não - O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Portaria nº2.029, de 2023.

<https://www.tjpa.jus.br/CMSPortal/VisualizarArquivo?idArquivo=1306629>

Sim – Justificativa:



2. INDICAÇÃO DAS QUANTIDADES - art. 30, §1º, inciso II da IN nº 01/2023

Item	CATMAT / CATSERV	Descrição Quantidade	Unidade de Medida	Quantidade
01	16535	Contratação de 05 (cinco) licenças, com mais 04 (quatro) cortesias de acesso ao serviço de pesquisas e comparação de preços praticados pela administração pública por meio do acesso via internet, com login e senha de uso exclusivo e de forma simultânea, para atender as necessidades do TJPA	UN.	05

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO - art. 30, §1º, inciso III da IN nº 01/2023

3.1. Fundamentação:

A pesquisa de preços para que a Administração possa avaliar o custo da contratação constitui-se elemento fundamental para instrução dos procedimentos de contratação, estando prevista em várias disposições legais e sua obrigatoriedade é reconhecida pela jurisprudência.

Essa fase da pesquisa de mercado quase sempre é demorada, pois implica numa criteriosa busca de preços perante as empresas do ramo do objeto pretendido e em diversos sites da Administração Pública. Assim, vários contatos precisam ser mantidos para que se consiga finalizar a pesquisa, especialmente quando diz respeito à contratação de serviços ou do objeto com poucos fornecedores no mercado. Ademais, há o desafio de identificação da confiabilidade dos preços coletados, o que exige a ampliação da captação de dados que possam servir a uma fidedigna referência dos preços de mercado.

Na prática, a fase de pesquisa de preços pode acabar se prolongando, retendo a necessária atuação dos agentes públicos envolvidos por semanas ou meses, o que amplia os custos transacionais, sem necessária garantia de um resultado verdadeiramente eficiente e eficaz. Outrossim, a pesquisa de preços deficiente poderá ensejar uma contratação superfaturada ou inexecutável, situações que acabam acarretando prejuízos à administração pública e riscos de responsabilização aos agentes públicos envolvidos na contratação. Tal dificuldade faz com que a pesquisa de preços se apresente como um entrave para a celeridade na tramitação dos procedimentos de contratação e aquisição, um gargalo a ser superado na condução dos certames, merecendo análise mais detida e propostas de aperfeiçoamento das rotinas até então estabelecidas.

Em suma, a estimativa de preços é fundamental para a atividade contratual da Administração, como instrumento de baliza aos valores oferecidos nos certames públicos e àqueles executados nas respectivas contratações, com a função precípua de garantir que



o Poder Público identifique um parâmetro para o valor médio de mercado, em relação um bem ou serviço.

Portanto, é necessário que os agentes públicos envolvidos, na fase interna da licitação ou na gestão contratual, tenham acesso a mecanismos que auxiliem na realização da pesquisa de preços, imprimindo agilidade aos procedimentos de aferição de custos e identificação dos preços referenciais de mercado.

Justifica-se a contratação tendo em vista que, um sistema especializado para pesquisa de preços é essencial para garantir eficiência, precisão e conformidade legal nos processos de contratação pública. A crescente demanda por cotações detalhadas e fundamentadas, aliada à expansão natural das atividades institucionais, exige uma ferramenta robusta que possa atender de maneira ágil e confiável às necessidades administrativas.

Esse sistema permitirá o acesso a uma base de dados ampla e diversificada, com informações atualizadas sobre preços de bens e serviços praticados em contratações públicas e privadas, facilitando a formação de valores estimados e a elaboração de editais. A utilização de uma solução tecnológica reduz o tempo necessário para a coleta e análise de informações, minimiza erros humanos e assegura maior transparência e rastreabilidade nos processos, contribuindo para a otimização dos recursos públicos.

Além disso, o sistema atende às exigências da Lei nº 14.133/2021, ao oferecer suporte técnico especializado e funcionalidades que auxiliam na justificativa de preços e na elaboração de relatórios detalhados. Com isso, a instituição poderá fortalecer sua governança, reduzir riscos jurídicos e contábeis e promover decisões estratégicas mais assertivas, assegurando uma gestão pública mais eficiente e alinhada aos princípios da economicidade e eficiência.

Para efetuar contratações, quer por meio de procedimento licitatório, quer por contratação direta (dispensa de licitação) é dever da Administração a avaliação dos custos da aquisição pretendida, valor alcançado por prévia pesquisa de preços.

Nesse viés, a pesquisa de preços faz-se indispensável para instrução dos procedimentos de contratação, sendo prevista em diversos instrumentos normativos e legais tendo, inclusive, sua obrigatoriedade reconhecida pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União – TCU.

Visando atender as exigências normativas e a orientação dos órgãos de controle, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará decidiu pela contratação de uma solução em tecnologia de informação que permita a captação eficiente de preços para referenciar nossas estimativas de custos.

3.2. O objeto da contratação está previsto no Plano Anual de Contratações 2025, conforme detalhamento a seguir:

ID PAC no PNCP:	Data de publicação no PNCP:	Código da contratação no PAC:	Classe/Grupo:
Não disponível	Não disponível	SEADM47A25	Não disponível



T_JPAPRO202500256V02



4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO - art. 30, §1º, inciso IV da IN nº 01/2023

A contratação de uma solução tecnológica para pesquisa e comparação de preços na Administração Pública tem como objetivo selecionar uma empresa especializada na oferta de uma ferramenta robusta e eficiente. Essa ferramenta deverá possibilitar a realização de pesquisas detalhadas e comparações precisas dos preços praticados pela Administração Pública, com base em um sistema de busca avançado. O sistema deverá ser fundamentado nos resultados de licitações homologadas ou adjudicadas, garantindo conformidade com a legislação vigente. Essa funcionalidade é essencial para assegurar transparência, eficiência e aderência às normativas legais, contribuindo para a tomada de decisão fundamentada e a otimização dos recursos públicos.

Requisitos mínimos do sistema

1. Banco de Dados

- O sistema deve contar com uma base de dados contendo pelo menos 300 milhões de registros de preços, abrangendo valores praticados em licitações públicas homologadas e adjudicadas, contratações diretas, dispensas e inexigibilidades.
- A atualização da base de dados deve ocorrer diariamente, garantindo acesso a informações atuais e confiáveis.
- Deve possuir integração com bancos de dados nacionais, estaduais e municipais de contratações públicas, incluindo registros de preços e atas.

2. Fontes de Informação

- A solução deve coletar dados de no mínimo 2.500 fontes públicas e privadas relevantes para formação de preços.
- Deve permitir acesso a preços extraídos de notas fiscais eletrônicas emitidas em pelo menos 25 estados da federação, garantindo maior representatividade na composição dos preços de mercado.
- Possibilidade de consulta a tabelas referenciais de preços oficiais, como SINAPI, SICRO, CMED, CEASA/CONAB, entre outras.

3. Relatórios e Gestão de Informações

- Geração de relatórios personalizáveis em formatos PDF e Excel, incluindo gráficos analíticos, tabelas comparativas e QR Code para autenticação das informações.
- Relatórios de competitividade, alinhados ao Decreto nº 8.538/15 e à Lei Complementar 147/14, permitindo a identificação de benefícios aplicáveis a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.
- Relatórios contendo histórico de fornecedores, permitindo consulta a penalidades aplicadas, certidões e registros de participação em licitações.



4. Conformidade Normativa

- o Atender às Instruções Normativas nº 73/2020, nº 65/2021 e futuras regulamentações relacionadas.

5. Recursos Tecnológicos e Integração

- Sistema compatível com os principais navegadores: Google Chrome, Mozilla Firefox e Microsoft Edge.
- Disponibilidade de API para integração com outros sistemas de gestão pública e bases de dados institucionais.
- Acesso multiusuário com perfis diferenciados e rastreabilidade de acessos

6. Fontes de Dados

- Integração com no mínimo 687 fontes públicas diversificadas.
- Consulta a mais de 1.388 sites de ampla relevância.
- Dados de notas fiscais eletrônicas de pelo menos 20 estados (ex.: AC, AL, AM, AP, BA, DF, ES, MA, MT, PA, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SE e TO).
- Fontes complementares: Sinapi, Sicro, Seinfra, Setop, Ceasa, Conab, Tabela CMED e Banco de Preços do Ministério da Saúde.

7. Funcionalidades Avançadas

- Filtros por: setor, Catmat/Catser, cidade, região, estado, marca, número do pregão, itens sustentáveis, atas de registro de preços, porte (ME/EPP), palavra-chave, preço, unidades fornecedoras, órgão licitante e modalidade.
- Importação de planilhas com múltiplos itens.
- Realização de cotações diretamente com fornecedores para preços de mercado.
- Relatórios personalizáveis em PDF e Excel com gráficos, QR Code para autenticação, logotipos e dados institucionais.
- Relatórios de cotação com classificação pela Curva ABC e aplicação automática de índices de atualização de preços.
- Relatório de Competitividade nos termos do Decreto nº 8.58/15 e art. 48 da Lei Complementar 147/14;
- Alertas para pesquisas com menos de três preços e justificativas automáticas conforme a IN nº 65/2021 ou IN nº 73/2020.
- Mapa estratégico de fornecedores com filtros regionais.
- Consulta de penalidades por CNPJ ou razão social do fornecedor.

8. Outras Funcionalidades

- Módulo de análise de preços e descontos históricos de fornecedores.
- Consulta de atas e intenções de registro de preços.
- Treinamento contínuo por meio de vídeos e cursos relacionados à pesquisa de preços.



- Sistema interativo para elaboração de especificações de objeto e termos de referência, com modelos editáveis.
- Sistema deve ter uma interface intuitiva, permitindo ao usuário realizar tarefas de forma natural e eficiente, sem necessidade de orientações adicionais.
- Suporte técnico por e-mail e telefone durante o horário comercial (segunda a quinta-feira das 8h30 às 17h00, sexta-feira das 8h30 às 16h30).

9. Outras Especificações Técnicas

- Aplicação de pelo menos 27 fórmulas de cálculo.
- Cotações em lote com cálculo automático de valor unitário x quantidade.
- Seleção manual e inteligente de preços, sugerindo os mais utilizados por outros usuários.
- Identificação automática de irregularidades nos preços selecionados.
- Exportação de documentos em Excel e detalhamento de propostas e lances.
- A solução deve estar em conformidade com a Lei nº 14.133/21 e demais regulamentações aplicáveis às contratações públicas.
- Implementação de mecanismos de auditoria e rastreabilidade, garantindo transparência e conformidade nas pesquisas de preços.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO - art. 30, §1º, inciso V da IN nº 01/2023

5.1. Da sustentabilidade

() Financeira:

(X) Ambiental: Na execução dos serviços, objeto dessa contratação, a CONTRATADA preferencialmente selecionará materiais com baixo impacto ambiental, reciclados ou recicláveis, com otimização dos produtos ou das técnicas, de forma a obter maior eficiência no uso de energia e menor desperdício de materiais, devendo adotar, na execução dos serviços, práticas de sustentabilidade ambiental, de descarte adequado de resíduos recicláveis e de processos de reutilização, que deverá observar as boas práticas estabelecidas pelo Plano de Logística Sustentável da CONTRATANTE.

(X) Social: É exigido que a empresa vencedora não empregue trabalhadores menores de 18 anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres, exceto na condição de aprendiz a partir dos 14 anos, em conformidade com o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal de 1988.

Deverá ser observada a política de empregabilidade de reabilitados e portadores de deficiência, conforme art. 93 da Lei nº 8.213/1991 e art. 10 da Resolução nº 401/2021 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

() Outros:



T_JPAPRO202500256V02



5.2. Indicação de marcas ou modelos - art. 41, inciso I da Lei nº 14.133/2021

(X) NÃO SE APLICA

Justificativa:

5.3. Da vedação de contratação de marca ou produto

(x) NÃO SE APLICA

5.4. Da exigência de amostra

(x) NÃO SE APLICA

5.5. Da exigência de carta de solidariedade

(x) NÃO SE APLICA

5.6. Da subcontratação – art. 54, da IN nº 02/2024

(X) Não será admitida a subcontratação.

() Será admitida a subcontratação do objeto.

() Será admitida a subcontratação de parte do objeto.

5.7. Da garantia da fase de seleção do fornecedor

(x) NÃO SE APLICA

5.7.1. Garantia para participação da licitação

(X) NÃO SE APLICA

5.7.2. Garantia adicional – para os casos de pagamento antecipado

(x) NÃO SE APLICA

5.8. Da prova de conceito

(x) NÃO SE APLICA

6. MATRIZ DE RISCOS - art. 30, §1º, inciso VI da IN nº 01/2023

(x) NÃO SE APLICA

Facultativa, mas será aplicada no presente caso:

() Aquisições e serviços diversos

7. ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO E/OU SERVIÇO - art. 30, §1º, inciso VII da IN nº 01/2023

7.1. Catálogo eletrônico de padronização

[] Sim

[X] Não



Justificativa: O TJPA não tem catálogo padronizado ainda, contudo, está providenciando.

7.2. Especificação

A NP Tecnologia e Gestão de Dados Ltda. é a distribuidora exclusiva da ferramenta Banco de Preços, a qual apresenta como funcionalidades:

1. Atualizações diárias para os navegadores: Chrome, Mozilla, Safari, Opera e Edge;
2. Cinco acessos simultâneos ao sistema, além de quatro perfis de acesso não simultâneos.
3. Base de dados composta de: preços compras governamentais, 1057 fontes de preços de entes públicos, 1500 sítios de domínio amplo, contação direta com fornecedores cadastrados na base, 26 preços de notas fiscais (previsto na lei nº 14.133/21), preços tabela SINAPI, preços tabela CMED, preços CEASA/CONAB, auto peças, SICRO – Sistema de Custos Referenciais de Obras, SETO – Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas de Minas Gerais, SEINFRA – Secretaria de Infraestrutura Urbana, banco de preços da saúde, preços para compor a planilha de terceirização, preços de lances iniciais e finais dos fornecedores, histórico de preços de licitações vencidas por fornecedor, histórico de preços dos últimos 10 anos, resultados de dispensa e inexigibilidade, pesquisa por imagem.
4. Ferramentas de Seleção e Filtros: pesquisa textual/detalhamento do objeto, filtro por CATMAT/CATSER, filtro setorial, filtro por cidade, filtro por região, filtro por marca, filtro nº pregão, filtro itens sustentáveis, filtro de sistema de registro de preços, filtros fornecedores por porte, filtros empresas ME/EPP, filtro avançado por palavra chave e preço, filtros por unidades de fornecimento, pesquisa por UASG, filtro por modalidade, filtro por modelo, filtro por âmbito, filtro por quantidade de fornecedores, filtro por licitações homologadas, filtro avançado pelo nome do órgão, filtro CNAE (classificação nacional de atividades econômicas);
5. A solução disponibiliza uma ampla variedade de relatórios personalizados que atendem às mais diversas demandas institucionais, incluindo dados comerciais detalhados dos fornecedores, UF de origem das pesquisas, relatórios com API de integração, mapas comparativos, gráficos estatísticos e relatórios contendo print screen de atas do ComprasNet. Adicionalmente, oferece funcionalidades como inclusão do logotipo da instituição, datas de início e término das pesquisas, links diretos para as atas das licitações, e relatórios de competitividade conforme previsto na LC 123-ME/EPP, permitindo a análise de benefícios para micro e pequenas empresas. Outros diferenciais incluem relatórios Curva ABC, justificativas do método matemático aplicado em conformidade com as INs 73/2020 e 65/2021, além de documentos com assinatura digital e QR code, assegurando transparência, rastreabilidade e alinhamento com requisitos legais e regulatórios.
6. Recursos Adicionais: fórmulas de cálculo, aplicação de índices de reajuste de preços, cotação de vários itens – lote, cálculo automático do valor unitário x quantidade, detalhamento de propostas e lances do pregão, seleção de preços manualmente, histórico de vendas do fornecedor, salvamento de pesquisas



realizadas, sugestão de preços, motor de busca inteligente, importação de planilhas com diversos itens, mapa de fornecedores, relatório de competitividade (lei complementar n° 123/decreto n° 8.538/15), banco de penalidades, painel de negociações, consulta à atas de registro de preços e intenções de registro de preços, filtros de adesão saldo da ata, certidões, análise da cotação – checklist, análise da cotação – check list MJ, alertas de que a pesquisa não está seguindo a IN, possibilidade de escolha da IN a seguir na cotação, possibilidade de inclusão manual de preços de fornecedores com inclusão de anexos, FAQ (Frequently Asked Questions), inclusão do valor do frete no item/cotação, API (integração entre BP e outros sistemas);

7. Ferramentas Auxiliares: sistema de elaboração da especificação do objeto – interativo, sistema de elaboração do termo de referência - interativo (modelo próprio da instituição) - múltiplos modelos, mapa de risco, assinatura eletrônica.
8. Política de Capacitação - treinamento ilimitado do produto com certificado, suporte imediato a dúvidas, treinamento de formação de preços com carga horaria de 8 horas, lives para capacitação e atualização gratuitas, módulo de mentoria - treinamentos/vídeos/manuais para capacitação contínua, descontos especiais em todos os eventos da Negócios Públicos.

8. INDICAÇÃO DOS LOCAIS DE ENTREGA DOS PRODUTOS, E/OU DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, E DAS REGRAS PARA RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO, QUANDO FOR O CASO – art. 30, §1º, inciso VIII da IN n° 01/2023

8.1 Condições de entrega ou execução dos serviços

Entrega imediata das senhas de acesso ao sistema após recebimento da nota de empenho referente à contratação.

8.1.1. Local de entrega ou execução dos serviços

A entrega das senhas dar-se-á de forma automática via internet.

8.1 Condições de recebimento

A contratada deverá disponibilizar acesso imediato e irrestrito das 5 (cinco) licenças contratadas e mais 4 (quatro) licenças de cortesia, para acesso ao sistema imediatamente após o recebimento da nota de empenho, conforme proposta encaminhada ao TJPA.

9. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA - art. 30, §1º, inciso IX da IN n° 01/2023

A contratada deverá prestar suporte técnico ao usuário por e-mail, chat, aplicativo de mensagens automáticas, telefone e/ou qualquer outro meio hábil, de segunda a sexta-feira



em horário comercial pelo período de validade da licença, a contar da data de acesso ao sistema.

A solução de problemas na execução do contrato deverá ser realizada no prazo mais curto possível, respeitando os termos acordados no contrato e o interesse da CONTRATANTE em garantir a continuidade das suas atividades de maneira ininterrupta e sem prejuízos financeiros.

A Contratada prestará a Contratante, treinamento aos servidores designados para operar o sistema, visando o regular funcionamento do “software” com a obtenção dos resultados para os quais foi desenvolvido, bem como disponibilizar versões e releases atualizados do software durante o período da contratação.

O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO - art. 30, §1º, inciso XI da IN nº 01/2023

10.1. Indicação do instrumento de formalização da contratação

- (X) Necessidade de formalização contratual
- () Formalização via empenho
- () Outro instrumento substitutivo

Justificativa em caso de desnecessidade de formalização contratual:

Conforme o artigo 95 da Lei n.º 14.133/2021, o instrumento contratual é obrigatório quando o objeto contratado não tiver sua entrega imediata ou quando resultar em obrigações futuras. Condições essas que abarcam o objeto da presente contratação.

10.2. Obrigações da Contratada

- a) A CONTRATADA se compromete a prestar os serviços com a máxima qualidade, eficiência e conforme as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, garantindo que todos os serviços sejam executados dentro dos padrões exigidos e em conformidade com as normas aplicáveis.
- b) Em caso de identificação de qualquer falha, erro ou inadequação nos serviços prestados, a CONTRATADA deverá solucionar o problema de forma imediata e eficaz, sem causar qualquer prejuízo à CONTRATANTE, arcando com todos os custos necessários para a correção.
- c) A CONTRATADA se responsabiliza ainda por eventuais danos decorrentes de sua atuação indevida, inclusive aqueles relacionados a atrasos, custos adicionais ou prejuízos operacionais da CONTRATANTE, assumindo todas as responsabilidades legais e contratuais pertinentes à regularização do serviço, inclusive no que concerne à responsabilização perante terceiros.



- d) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço prestado, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);
- e) O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério do Contratante, reparar, corrigir e refazer às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, o serviço com objeções, ou que não atenda às especificações exigidas;
- f) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- g) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;
- h) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- i) Manter todo o escopo da proposta apresentada;
- j) A CONTRATADA deverá enviar nota fiscal/fatura para o CONTRATANTE, via endereço de e-mail protocolo.geral@tjpa.jus.br, com a especificação do número e ano do contrato, bem como a indicação da Secretaria de Administração como destinatário;
- k) O envio das notas fiscais/faturas deverá ocorrer, preferencialmente, até o 5º dia subsequente ao recebimento definitivo dos serviços pelo fiscal do contrato e, impreterivelmente, até o 30º dia subsequente a esse recebimento, sob pena de abertura de processo administrativo de aplicação de penalidade.

10.3. Obrigações do Contratante

- a) Efetuar o pagamento na forma e prazo estabelecidos;
- b) Prestar as informações e os esclarecimentos que se fizerem necessários;
- c) Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas neste Termo de referência;
- d) Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos itens;
- e) Atestar o recebimento do objeto, bem como sua adequação às especificações exigidas, rejeitando-o caso estejam em desacordo com qualquer das especificações do termo de referência, por meio de notificação a contratada;
- f) Comunicar à contratada qualquer irregularidade constatada no cumprimento de suas obrigações;
- g) Aplicar penalidades cabíveis em caso de descumprimento do pactuado, conforme estabelecido em contrato.

11. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA E SUA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO - art. 30, §1º, inciso XII da IN nº 01/2023

11.1. Prazo de vigência do contrato



O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. Prazo de entrega ou execução dos serviços

Imediato após recebimento de nota de empenho.

12. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO - art. 30, §1º, inciso XIII da IN nº 01/2023

12.1. Estabelecimento de condições gerais

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133 de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

A referida contratação será gerida pelos servidores elencados no respectivo item 12.2, Fiscalização e Gestor do Contrato, ou outro formalmente designado pela Administração, que será comunicado às contratadas.

A forma de comunicação e acompanhamento a execução do contrato entre o órgão e a CONTRATADA será realizada de forma escrita, preferencialmente, por meio eletrônico através de e-mail dos fiscais ou telefone do setor demandante.

O recebimento da ORDEM DE SERVIÇO/EMPENHO, para fins de contagem dos prazos estabelecidos para cumprimento do objeto se dará:

- a) Via e-mail, que deve ser respondido de imediato indicando o recebimento da documentação; caso a CONTRATADA não responda o e-mail no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, será contabilizada a leitura automática ao fim do referido período; Toda e qualquer documentação produzida durante a execução contratual (a saber: ordens de autorização, notas de empenho, termos de recebimento, ofícios, notificações etc.) será realizada preferencialmente via correio eletrônico, que deve ser respondido de imediato indicando o recebimento da documentação.
- b) Caso a CONTRATADA não responda à mensagem de correio eletrônico no prazo de 02 (dois) dias úteis, será contabilizada a leitura automática ao fim do referido período, e caso a EMPRESA não atenda aos telefones fornecidos no mesmo prazo, a fiscalização poderá iniciar processo administrativo para aplicação de penalidade. Não serão acatadas alegações de falhas ou dificuldades técnicas no recebimento das mensagens.

Será privilegiada a utilização do correio eletrônico em respeito a boas práticas de sustentabilidade ambiental praticadas pelo TJPA.



O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133 de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila. (§5º do Art. 115 da Lei 14.133/2021).

12.2. Equipe de gestão e fiscalização da contratação

12.2.1. Gestor do Contrato

Titular: Rennan Rodrigues dos Santos

Matrícula: 67350

Substituta/Substituto:

Matrícula:

12.2.2. Fiscal Técnico

Titular: Afonso Teixeira Noura Neto

Matrícula: 63363

Substituta/Substituto: Brunna Ferreira Saldanha Rolim

Matrícula: 64971

13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO - art. 30, §1º, inciso XIV da IN nº 01/2023

13.1. Prazo e forma para pagamento

13.1.1. Liquidação e pagamento

- a) O pagamento será realizado somente após a realização do recebimento pela equipe de gestão e fiscalização, o qual será formalizado por meio do atesto da nota fiscal de cobrança.
- b) Após o recebimento, o pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da(s) EMPRESA(S), em no máximo 30 (trinta) dias corridos.
- c) O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da lei n. 14.133, de 2021.



- d) Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- o prazo de validade;
 - a data de emissão;
 - os dados do contrato e do órgão Contratante;
 - o período respectivo de execução do contrato;
 - o valor a pagar;
 - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- e) Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao TJPA.
- f) A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- g) A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
 - identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- h) Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da(s) EMPRESA(S), será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.
- i) O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do TJPA.
- j) Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o TJPA deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da(s) EMPRESA(S), bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- k) Persistindo a irregularidade, o TJPA deverá adotar as medidas necessárias ao cancelamento do contrato nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à empresa a ampla defesa.
- l) Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pelo cancelamento do contrato, caso a(s) EMPRESA(S) não regularize(m) sua(s) situação(ões) junto ao SICAF.
- m) O TJPA realizará o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias, contado do recebimento definitivo do serviço objeto do contrato e da apresentação do documento fiscal correspondente.



- n) No caso de atraso pelo TJPA, os valores devidos à empresa serão atualizados monetariamente entre o tempo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.
- o) O TJPA, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à Fornecedora, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela Fornecedora, nos termos pactuados.
- p) No caso de atraso de pagamento, desde que a Fornecedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo TJPA encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.
- q) O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.
- r) O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela(s) EMPRESA(S);
- s) Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- t) Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- u) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- v) A(s) EMPRESA(S) fornecedora, regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar. O pagamento ficará ainda condicionado, à consulta e constatação de que a empresa permanece como enquadra ao regime do Simples Nacional por ocasião da liquidação da despesa.
- w) A CONTRATADA deverá enviar nota fiscal/fatura para o CONTRATANTE, via endereço de e-mail protocolo.geral@tjpa.jus.br, com a especificação do número e ano do contrato, bem como a indicação da Secretaria de Administração como destinatário;
- x) O envio das notas fiscais/faturas deverá ocorrer, preferencialmente, até o 5º dia subsequente ao recebimento definitivo dos serviços pelo fiscal do contrato e, impreterivelmente, até o 30º dia subsequente a esse recebimento, sob pena de abertura de processo administrativo de aplicação de penalidade.

13.2. Acordo de Nível de Serviço (ANS)



(X) NÃO SE APLICA

13.3. Antecipação de pagamento

(X) NÃO SE APLICA

13.4. Cessão de crédito

(X) NÃO SE APLICA

14. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO - art. 30, §1º, inciso XV da IN nº 01/2023

14.1. Modalidade

() Licitação

Pregão

Concorrência

Concurso

Leilão

Diálogo competitivo

() Dispensa de licitação

(X) Inexigibilidade de licitação

Conforme o art. 74 da Lei nº 14.133/2021 que elencou, em seus incisos, exemplos daquilo que caracteriza inviabilidade de competição, dentre eles, o contido no inciso I, o qual permite a contratação direta quando o objeto é exclusivo e não se justifica a realização do certame.

14.2. Exigências de habilitação

14.2.1. Apresentação da certidão denominada “situação do fornecedor” emitida via SICAF;



14.2.2. Caso algum dos documentos relativos à regularidade não estejam atualizados no referido cadastro, a empresa deverá apresentar as certidões emitidas pelos órgãos oficiais, quais sejam:

- 14.2.2.1. Cartão de CNPJ;
- 14.2.2.2. Certificado de Regularidade do FGTS;
- 14.2.2.3. Certidão Negativa de Tributos Federais e Dívida Ativa da União;
- 14.2.2.4. Certidão Negativa de Natureza Tributária Estadual do Pará;
- 14.2.2.5. Certidão Negativa Municipal (Município do Fornecedor);
- 14.2.2.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- 14.2.2.7. Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas (CEIS);
- 14.2.2.8. Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);
- 14.2.2.9. Declaração de não contratação de menores de 18 anos para execução de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres e de qualquer menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- 14.2.2.10. Declaração de cumprimento do disposto no art. 93 da Lei nº. 8.213, de 1991, se couber;
- 14.2.2.11. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – Sócio majoritário;
- 14.2.2.12. Documentos de constituição da Pessoa Jurídica (contrato social com todas as alterações ou última alteração com a consolidação do contrato social ou outro documento de constituição da pessoa jurídica).

14.2.3. Habilitação técnica:

Atestado de capacidade técnica

Outros
Quais?

NÃO SE APLICA

14.2.4. Habilitação econômica e financeira:

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida há no máximo 90 (noventa) dias anteriores à data de abertura do certame;

Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser



atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;

() A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

LG = $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{realizável a longo prazo}}{\text{Passivo circulante} + \text{passivo não circulante}}$

SG = $\frac{\text{Ativo total}}{\text{Passivo circulante} + \text{passivo não circulante}}$

LC = $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo circulante}}$

() As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar **capital mínimo ou patrimônio líquido** de no mínimo **10%** (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

14.2.5. Habilitação jurídica específica:

14.2.5.1. Consórcio

- () Sim
(X) Não

Justificativa: O Objeto a ser contrato não é considerado de “alta complexidade ou vulto”, o que não se aplica ao caso em tela.

14.2.5.2. Cooperativa

- () Sim
(X) Não

Justificativa: A contratação em tela não é compatível com as características e atributos de cooperativas.

15. REAJUSTE - art. 30, §1º, inciso XVI da IN nº 01/2023

O reajuste contratual utilizará como base o índice oficial:

- () INPC
(X) IPCA
() IPCA - E
() IGP-M
() IGP-DI



- () INCC
- () Outros, a especificar

O reajuste contratual é uma cláusula essencial para contratos de médio e longo prazo, visando garantir a correção dos valores contratados em função da variação de índices econômicos ao longo do tempo.

- a) Em casos de prorrogação da vigência do contrato, os preços inicialmente registrados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data da proposta, em 10/03/2025;
- b) Após o interregno de um ano, e independente de pedido da empresa, os preços dos itens serão reajustados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do saldo renovado quando da prorrogação do contrato;
- c) O TJPA deverá negociar com a empresa a possibilidade de não aplicar o reajuste ou aplicá-lo a menor. Devendo haver manifestação expressa do Fornecedor acerca da aceitação dos termos da negociação;
- d) Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;
- e) No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o TJPA pagará à empresa a importância calculada pela última variação conhecida;
- f) Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s);
- g) Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;
- h) Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;
- i) O reajuste será realizado por apostilamento.

16. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO - art. 30, §1, ° inciso XVII da IN nº 01/2023

O valor total da contratação é de R\$ 61.500,00 (sessenta e um mil e quinhentos reais) pelo período de 12 meses.

17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - art. 30, §1º, inciso XVIII da IN nº 01/2023

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:



Gestão/Unidade: 227 – Divisão de Compras / Departamento de Patrimônio e Serviços /
Secretaria de Administração

Fonte de Recursos: 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC

Programa de Trabalho: 04.102.02.122.1421.8195 - Operacionalização das Ações

Administrativas do Poder Judiciário - Apoio Indireto à Atividade Judicante

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.11.00.00.00 - LOCACAO DE SOFTWARES

Exercício financeiro (ano atual): 2025

18. SANÇÕES APLICÁVEIS E GRADAÇÕES – art. 30, §1º, inciso XIX da IN nº 01/2023

Para definições e aplicações dos subitens tratados neste tópico, o normativo balizador é a Instrução Normativa nº 003/2024-GP, que regulamenta, no âmbito do TJPA, o processo administrativo sancionatório e a dosimetria na aplicação de penalidades definidas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

18.1. O licitante ou a contratada será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações (art. 6º da IN nº 003/2024-GP):

- a) dar causa à inexecução parcial das obrigações constantes do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial das obrigações constantes do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total das obrigações constantes do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida na etapa de seleção do fornecedor ou execução das obrigações constantes do contrato, mesmo após realização de diligências;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou assinar a ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida no certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.2. O licitante ou a contratada que praticarem infrações administrativas previstas no subitem 18.1 deste Termo de Referência, ficarão sujeitos às seguintes sanções administrativas:

- a) advertência;



Assinado com senha por MARCOS VINICIUS GALVAO DA ENCARNACAO, AFONSO TEIXEIRA NOURA NETO e MUIRACATIARA MIRANDA CHAGAS.

Use 4323223.30556289-7524 - para a consulta à autenticidade em

<https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4323223.30556289-7524>

Documento gerado por SÍDALIA DO AMARAL FERREIRA *Data e hora: 15/04/2025 09:54



T_JPAPRO202500256V02



- b) multa: moratória e/ou compensatória;
- c) impedimento de licitar e contratar com o Estado do Pará pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

18.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida, entendendo-se como qual o fato gerador a ser imputado à hipótese normativa - leve, média, grave ou gravíssima;
- b) as peculiaridades do caso concreto, nos termos do art. 5º da Lei 14.133, de 2021, e do art. 22 da LINDB;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que da infração provierem para a Administração Pública; e
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade.

18.4. Com fundamento no Capítulo II da IN nº 003/2024-GP, a Contratada:

18.4.1. Será sancionada com advertência nas hipóteses de descumprimento das obrigações contratuais que não cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos e ao interesse coletivo e que não justifique a imposição de penalidade mais grave.

18.4.1.1. A sanção de advertência somente será aplicada durante a vigência do contrato.

18.4.2. Ficará impedida de licitar e contratar no âmbito do Estado do Pará pelo prazo de até 3 (três) anos, sem prejuízo da rescisão unilateral ou instrumento correspondente, quando praticar as seguintes infrações e não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo (de três meses a dois anos);
- b) dar causa à inexecução total do contrato (de seis meses a três anos);
- c) deixar de entregar a documentação exigida na etapa de seleção do fornecedor ou execução do contrato, mesmo após realização de diligências (de dois meses a seis meses);
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado (de dois meses a um ano);
- e) não celebrar o contrato ou assinar a ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta (de seis meses a um ano);
- f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do contrato sem motivo justificado (de três meses a um ano).

18.4.3. Será declarada inidônea para licitar e contratar quaisquer órgãos do Poder Público, em qualquer nível federativo, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos,



quando praticar as seguintes infrações, nos termos dos artigos 25 e 26, da IN nº 003/2024-GP:

- a) aquelas previstas para a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Estado do Pará, que implicarem danos financeiros significativos para o TJPA, impactos severos na eficiência do contrato ou nas rotinas administrativas;
- b) apresentar declaração ou documentação falsa exigida no certame ou de prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- c) fraudar a licitação ou de praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo ou de cometer fraude de qualquer natureza
- e) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- f) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

18.4.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, por qualquer das infrações previstas no art. 155 da Lei n. 14.133/2021, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) ou superior a 30% (trinta por cento) do valor total do empenho.

18.4.5. A multa compensatória será aplicada para o caso de inexecução parcial ou total do contrato nos seguintes percentuais e condições:

- a) De 20% (vinte por cento) do valor da parcela do objeto não entregue, no caso de inexecução parcial do contrato;
- b) De 30% (trinta por cento) do valor total do empenho, no caso de inexecução total da ATA.

18.4.5.1. A inexecução parcial do contrato da restará configurada, entre outras hipóteses, quando a CONTRATADA:

- a) Atrasar em prazo superior a 30 (trinta) dias a entrega do objeto e está, apesar de realizada, não ocorreu em sua totalidade.

18.4.5.2. A inexecução total da do contrato restará configurada, entre outras hipóteses, quando a CONTRATADA:

- a) Atrasar a entrega do objeto em prazo superior a 30 (trinta) dias e a sua totalidade não for entregue.

18.4.6. A multa de mora será aplicada quando a CONTRATADA ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado e aceito pela CONTRATANTE, entre outras hipóteses:

- a) Em 0,5% (cinco décimos por cento) do valor unitário do produto, por dia e produto em atraso.

18.4.7. O valor das multas aplicadas será recolhido em favor do CONTRATANTE, observando-se a seguinte ordem de preferência:



- a) pagamento espontâneo, por meio de Guia de Devoluções e Ressarcimentos GDR que deverá ser emitida pela própria CONTRATADA no site do TJPA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação.
- b) dedução dos pagamentos devidos pelo TJPA;
- c) desconto do valor da garantia prestada e
- d) cobrado judicialmente, após inscrição em Dívida Ativa, conforme instruções da Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças do TJPA.

18.4.8. Além das multas compensatórias por inexecução parcial ou total do contrato e das multas de mora estabelecidas, serão aplicadas multas por descumprimento de obrigação contratual, entre outras hipóteses, nos seguintes percentuais e condições:

- a) 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor do empenho, quando a CONTRATADA entregar o objeto com especificações incompatíveis com as exigidas no contrato ou no edital e anexos da licitação que deu origem à adjudicação.

18.4.9. Fica dispensada, a critério da autoridade competente da unidade demandante, a formalização de solicitação de instauração de processo administrativo de apuração de responsabilidade, quando a soma dos valores atribuídos à empresa for considerada irrisória (art. 20, parágrafo único, incisos I e II, da IN nº 003/2024-GP).

19. DA PADRONIZAÇÃO

Modelo (mês/ano): fevereiro/2025

Indicar a data de retirada no Portal das Contratações: 09/02/2025

20. DATA E LOCAL DE ELABORAÇÃO E ASSINATURA DA EQUIPE

Belém/PA, 13 de março de 2025.

MARCOS VINICIUS GALVAO DA ENCARNACAO

Integrante Requisitante

Matrícula: 208531

AFONSO TEIXEIRA NOURA NETO

Integrante Técnico

Matrícula: 63363

MUIRACATIARA MIRANDA CHAGAS

Integrante Administrativo

Matrícula: 57592

